

## O lugar das “raças” no projeto de nação da Ação Integralista Brasileira

Jaqueline Tondato Sentinelo \*

**Resumo:** A Ação Integralista Brasileira (AIB), organização política de extrema direita existente no Brasil entre 1932 e 1937, tinha como um dos principais objetivos construir no nosso país uma nação *genuinamente brasileira*, a qual deveria integrar todos os seus habitantes. Esse objetivo está vinculado ao caráter nacionalista do movimento e deve ser vinculado às “raças” presentes na sociedade brasileira de então. Considerando a importância de destacar qual o lugar que elas ocupariam nessa nova nação, o presente artigo aborda como a questão racial está presente no projeto político de nação da AIB, a partir de análise historiográfica.

**Palavras-chave:** Integralismo; Nacionalismo; Questão Racial.

**Abstract:** Ação Integralista Brasileira (AIB), the political movement in Brazil between 1932 and 1937, had as one of the main goals in building our country a nation genuinely Brazilian. Therefore, should integrate all its inhabitants, which helps to understand its nationalist character. Thus, it is important to highlight the place of "races" in this political project of nation. Thus, this paper discusses how the race issue is present in the political project of nation of AIB, from historiographical analysis.

**Key words:** Integralismo; Nationalism; Racism.



A Ação Integralista Brasileira (AIB) ou Integralismo, movimento político de extrema direita fundado por Plínio Salgado em 07 de outubro de 1932, tinha a finalidade de instituir no Brasil um poder centralizado e forte que integrasse todos os brasileiros. Afirmando-se como a detentora do poder de criar no país uma nova nação, a partir da valorização e conservação dos aspectos

genuinamente brasileiros, que seriam a raça e a tradição histórico-cultural nacional, a AIB mantinha uma organização hierárquica rígida, com símbolos e rituais próprios, que auxiliariam na consolidação do seu objetivo.

Então, o nacionalismo<sup>1</sup> é considerado uma das principais características da AIB. Representada no lema “Deus,

---

<sup>1</sup> Esta característica, juntamente com o anticomunismo, o antiliberalismo, a antidemocracia, forma a base ideológica do Integralismo. A partir da verificação desses elementos na ideologia da AIB, e da organização hierárquica rígida em secretarias e departamentos, com a figura de um chefe (Plínio Salgado) no topo, a existência de uma milícia, a utilização de símbolos e rituais próprios, podemos incluir essa organização política no *campo* dos fascismos.

Pátria e Família”, a nação deveria ser um dos elementos mais valorizados pelos integralistas. Considerando que essa organização política queria transformar a sociedade brasileira em uma “sociedade integral” a partir de transformações nas estruturas econômicas, políticas e culturais, se faz necessário compreender como as diferentes raças que compunham o país naquele período permaneceriam na nova sociedade. Assim, pretendemos verificar qual o lugar das “raças” no projeto político de nação integralista, a partir da historiografia sobre o assunto.

As primeiras pesquisas acadêmicas sobre a Ação Integralista Brasileira foram realizadas a partir da década de 1970, no contexto em que se enfatizava a necessidade de estudar os movimentos e pensamentos políticos autoritários, sobretudo os da década de 1930. A preocupação dos estudiosos (cientistas sociais, cientistas políticos, e mais tarde, historiadores) era definir a natureza ideológica do Integralismo, e sua relação com os fascismos europeus. Recentemente (especialmente a partir da década de 1990), a historiografia sobre o tema passou a se preocupar com novos problemas e apresentar novas abordagens relacionadas à ideologia e prática política da AIB: a atuação do movimento em âmbito regional, a memória dos militantes, a participação das mulheres, a relação entre eugenia e integralismo, o racismo integralista, e o neo-integralismo, entre outros, têm despertado cada vez mais interesse nos historiadores, e resultado em um crescente número de pesquisas e publicações sobre o tema<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Hélió Trindade, na apresentação de um trabalho sobre *Estudos do Integralismo no Brasil* destaca que foi a partir das décadas de 1970 e 1980 que “um primeiro grupo de pesquisadores debruçou-se sobre o tema”, e que “na última década os estudos sobre o Integralismo foram

As novas abordagens sobre o assunto demonstram a importância que esse estudo conserva, bem como revelam um “novo momento” da historiografia sobre o Integralismo, o que pressupõe a necessidade de analisar e/ou rever determinados aspectos desse movimento para compreendê-lo melhor, entre esses: o racismo.

Geralmente, o racismo integralista é abordado a partir do anti-semitismo, marcante essencialmente no discurso de um dos seus principais ideólogos: Gustavo Barroso. Porém, podemos verificar que este não é o único aspecto importante para os integralistas: o antigermanismo ou a participação de “minorias” como negros nas fileiras da AIB vem recebendo destaque, atestando a relevância de estudos a partir dessas perspectivas<sup>3</sup>.

A *questão racial* na ideologia integralista deve ser compreendida de acordo com a sua relação com o projeto político de nação do movimento, ou seja, com o seu caráter nacionalista, que, conforme já foi exposto anteriormente, propunha a transformação do país em uma *sociedade integral*, a qual proporcionaria ao Brasil a consolidação de uma nação forte e independente diante das demais.

Para materializar a *nação brasileira integral*, o Integralismo pretendia modificar a estrutura econômica do país,

---

retomados de forma vigorosa por uma nova geração de jovens historiadores e cientistas sociais” (TRINDADE, 2007. p.7)

Outro trabalho que exemplifica as novas preocupações dos pesquisadores e as novas abordagens sobre o Integralismo é o publicado pelo arquivo público de Rio Claro em 2004, *Integralismo: novos estudos e reinterpretções*, organizado por Renato Dotta.

<sup>3</sup> É importante enfatizar que a participação dos negros na AIB e a visão do Integralismo sobre esses são temas bastante recentes e poucos estudados, que requerem pesquisas aprimoradas; como verificaremos ao longo do texto.

nacionalizando os bancos, as minas, a energia hidrelétrica e o petróleo; e controlando as redes de transportes e comunicações. Seria necessária ainda a “revisão de todos os contratos assinados com estrangeiros; a renegociação da dívida externa; a reforma do serviço diplomático; uma legislação mais rigorosa para a imigração [...]” (LEVINE, 1980, p.130). Os problemas econômicos e estruturais brasileiros, de acordo com o objetivo integralista de nação, estariam relacionados à falta de projetos econômicos nacionalistas por parte do governo.

Mais do que controlar a economia, a *nação integral* deveria privilegiar os elementos culturais que caracterizavam a pátria, o que pode ser apreendido nos objetivos de Plínio Salgado em “**afirmar o valor do Brasil e unir todos os brasileiros num só espírito** para construir uma nação una, indivisível, forte, poderosa, rica e feliz” com o propósito de criar uma “**cultura, uma civilização, um modo de vida genuinamente brasileiro**” [grifo nosso]. (TRINDADE, 1979, p.209-210).

Nesse sentido, o chefe nacional do Integralismo apresentava a idéia de que para criar a nova nação era necessária a **formação de uma nova raça sobre uma base étnica comum**, o elemento tupi. A partir desse “denominador comum” todos os traços étnicos que constituíam a nação (incluindo os imigrantes estrangeiros) apresentavam-se como uma “possibilidade maior para que se plasme no Brasil **um tipo humano futuro, que será, incontestavelmente, dos mais superiores e inteligentes**” [grifo nosso] (SALGADO *apud* TRINDADE, *op. cit.*, p.46-47).

Na nova nação, quais seriam os lugares reservados para as diversas raças (e etnias) que formavam a sociedade

brasileira no período de existência da AIB?

Podemos entender a *questão racial* no projeto político de nação do Integralismo de duas maneiras. A primeira aborda as raças no sentido biológico do termo; a segunda as diferenças étnicas e culturais<sup>4</sup>. Às vezes, os dois aspectos parecem interligados, o que dificulta sua diferenciação.

Natália Cruz destaca que para o Integralismo a nação deveria ser racial e etnicamente homogênea. Considerando a realidade multirracial da sociedade brasileira, esta homogeneização se daria por meio da miscigenação da população, até se formar um “tipo humano futuro”. Para os integralistas, a “mistura de raças” estaria relacionada às tradições históricas, culturais e religiosas presentes na sociedade brasileira desde o processo histórico da colonização. Ou seja, desde a sua formação, o Brasil se apresentava como uma sociedade “mestiça”, constituída por índios, brancos (especialmente portugueses) e negros, o que deveria ser levado em consideração para formar a *nação integral*.

<sup>4</sup> Destacamos que a utilização do termo “raça” se refere às características morfológicas/biológicas e psicológicas dos seres humanos; enquanto “etnia” está ligada à consciência de pertença a um grupo ou comunidade com características culturais próprias (língua, nacionalidade, religião, entre outras). As tentativas de conceituação e diferenciação desses termos existem desde o final do século XIX, quando as idéias de “raça” (no sentido biológico) se fortaleceram no meio científico e intelectual brasileiro, sob influência das teorias raciais e/ou racistas européias. Desde então, até os dias de hoje, a diferença entre os dois conceitos é discutida no meio acadêmico, especialmente no campo das ciências sociais. Considerando essas discussões acerca dos conceitos, abordaremos como *questão racial*, tanto o que se relaciona às raças, ou intolerância racial, no sentido biológico; quanto às diferenças e intolerância étnicas (culturais).

Para esta autora, a defesa da miscigenação pela AIB apresentava o discurso racista do branqueamento da população, pois tinha “o firme propósito de branquear a população brasileira e formar uma raça única: a raça branca” (CRUZ, 2004, p.96). Nesse sentido, as “raças” que faziam parte da sociedade brasileira, no discurso integralista, eram valorizadas de acordo com os interesses da nação que deveria ser consolidada. O índio era um elemento genuinamente brasileiro e propício à miscigenação, devido às suas características de cordialidade (“alma cordial”) e benevolência, por isso “a base comum”. Os negros também eram cordiais e destinados à mistura, como já haviam demonstrado ao longo do tempo em que vinham se “branqueando”. Já o branco (especialmente na figura do colonizador português) era exaltado como o elemento aglutinador, responsável por gerenciar as diversidades existentes na sociedade brasileira e criar a nacionalidade integral. (*Ibid.*, p.89). Entretanto, para os estrangeiros não seria permitida a manutenção das suas identidades culturais, pois eles deveriam se nacionalizar para fazer parte da pátria, o que, segundo Cruz caracteriza o aspecto racista da nação integralista em relação aos estrangeiros. Logo, a nação integral não permitiria a permanência das diferentes etnias existentes no Brasil.

Aspectos racistas da AIB podem ser verificados em intelectuais integralistas, e geralmente estavam vinculados ao entendimento de que determinadas raças atrapalhavam o desenvolvimento da nação. É o caso do anti-semitismo, que, conforme já foi destacado foi o primeiro caráter racista estudado pelos pesquisadores do Integralismo. Lugar comum na historiografia sobre a AIB, o anti-semitismo está presente explícita e radicalmente no discurso de apenas um dos três principais ideólogos: Gustavo

Barroso, que “com um anti-semitismo exagerado e um vigor excepcional constituía uma espécie de exceção entre os chefes do Integralismo. Mas sua notoriedade e estatura intelectual davam-lhe no movimento uma influência possivelmente inferior apenas à do próprio Plínio”. (LEVINE, *op. cit.*, p.137-8).

Verifica-se que há uma preocupação constantemente presente nos discursos de Salgado e Reale, os outros dois mais importantes ideólogos do Integralismo, em afirmar o movimento como não racista, o que pode ser entendido como uma rejeição ao radicalismo de Barroso por parte de outros líderes do movimento (TRINDADE, *op. cit.*, p.242). Isso sugere que não podemos considerar o judeu como o principal inimigo do Integralismo, assim como o era para o nazismo. E também nos remete a idéia de que não é possível caracterizar o Integralismo como movimento que apresenta o racismo como princípio fundamental.

Para Trindade, o anti-semitismo integralista presente no discurso de Gustavo Barroso continha caráter essencialmente político, pois serviria para legitimar a necessidade de consolidar no Brasil um estado forte e centralizado, como se pretendia o *estado integral*, o qual deveria ser munido de força suficiente para combater os elementos contrários à unidade nacional, como eram os judeus. Assim, o anti-semitismo de Barroso se justificaria porque “só um poder forte pode libertar o Brasil das forças [da maçonaria, imprensa e política manipuladas, econômicas e financeiras internacionais e externas] dominadas pelos judeus”. (*Ibid.*, p.244). Entretanto, é necessário enfatizar que esse discurso anti-semita adquiriu importância na ideologia integralista, pois houve “grande receptividade do combate ao judaísmo

entre os militantes de base”. (*Ibid.*, p.242).

Apresentando outros integralistas que compartilhavam da visão anti-semita de Barroso: Monteiro de Mello, Oswaldo Gouvêa, Arnor Butler Maciel, Arce Tenório D’Albuquerque, e enfatizando os integralistas anti-semitas tinham como base de seu discurso a teoria da conspiração judaica na busca pela terra prometida, Cruz afirma que as diferenças nos discursos sobre os semitas dos líderes integralistas se davam a partir de “duas questões primordiais: [primeiro], ao problema da não assimilação dos judeus à cultura nacional [...] e, [segundo] a teoria da conspiração mundial judaica.” (CRUZ, *op. cit.*, p.151). Segundo a autora, o discurso integralista tentava ocultar seus aspectos racistas, a partir da valorização e afirmação dos aspectos cristãos defendidos pela AIB. Considerando que um dos objetivos do Integralismo era construir uma sociedade homogênea através do caldeamento da população, com o predomínio da raça branca, para a autora, a valorização dos elementos cristãos seriam os meios de “ocultar” o racismo integralista. Além disso, a realidade multirracial e miscigenada da sociedade brasileira impediria um “discurso racista nos moldes tradicionais”. (*Ibid.*, p.97).

Outro aspecto do racismo integralista apontado por Cruz no mesmo sentido de “inversão” de discurso é o antigermanismo. O ponto principal nesse racismo seria o conflito acarretado pelo pan-germanismo das populações alemãs residentes no Brasil. Como esta doutrina consistia na tentativa de manter a identidade cultural germânica fora das fronteiras alemãs, e algumas vezes em defender a manutenção da raça alemã-ariana fora do território germânico, ela impedia a assimilação dos germânicos à

nação brasileira que seria formada pelo Integralismo. (*Ibid.*, p.122-123).

Podemos considerar, então, que o antigermanismo integralista está mais relacionado à cultura do que à raça, pois o projeto de nação da AIB não permitiria a manutenção de tradições culturais (língua, religião, costumes, etc.) diferentes da brasileira que se pretendia formar. Dessa forma, o que teria feito com que germanistas se tornassem “alvos” do integralismo teria sido a ameaça de que eles atrapalhariam a concretização da unidade cultural nacional. Nesse mesmo caminho, Hilton afirma que o nacionalismo dos integralistas chocava-se frontalmente com os interesses culturais alemães no Brasil, pois, em seu desejo de forjar uma nação unida, os camisas-verdes insistiam na assimilação de todas as “colônias estrangeiras”. (HILTON, 1993, p.34).

Por outro lado, os alemães e teuto-brasileiros, por se constituírem de homens brancos, estariam aptos para contribuir com o caldeamento da população brasileira, ajudando-a no seu branqueamento. Nesse sentido, é interessante destacar a participação de “minorias” na Ação Integralista Brasileira. Alemães e italianos, especialmente do sul do Brasil onde há concentração de núcleos desses imigrantes, se filiaram ao Integralismo de maneira marcante. A explicação mais viável sobre a grande aceitação do Integralismo por esses imigrantes é a aproximação entre os ideais da AIB com os do fascismo italiano e do nazismo, movimentos que eram admirados por muitos desses imigrantes. Levine apresenta alguns dados importantes sobre a participação de alemães e italianos no Integralismo nos estados do Paraná e Santa Catarina: de 22 chefes integralistas, 8 eram claramente de ascendência italiana; 13 de ascendência alemã; [...] pelo menos quatro jornais

integralistas eram publicados no Paraná e em Santa Catarina; desses, o *Blumenau Zeitung* aparecia em alemão. (LEVINE, *op. cit.*, p.144)

A *questão racial* no Integralismo não é algo simples de ser analisado, mesmo se vinculado ao projeto de nação proposto pelo movimento, mas pode ser compreendido melhor se relacionado às teorias “raciais e racistas” que foram desenvolvidas no Brasil no final do século XIX, atreladas aos objetivos dos intelectuais do país em edificar a nacionalidade brasileira, as quais continuaram com força no período em que a AIB existiu.

Entre o final do século XIX e início do XX os intelectuais brasileiros estavam preocupados em encontrar ou construir a nacionalidade do país. Formada por uma população racial, étnica e culturalmente diversa, e marcada pela miscigenação, a consolidação da nação brasileira deveria ser pensada a partir dessa realidade, já que não é possível conceber nação sem o povo que a constitui. Naquele contexto, a questão racial não poderia deixar de ser destacada.

Buscando diagnósticos e soluções para os problemas nacionais, na busca pelo desenvolvimento e progresso do país (no sentido positivista do termo), os intelectuais brasileiros desenvolveram hipóteses para explicar o fracasso do Brasil em relação aos países europeus, e propuseram saídas para alcançar o patamar dos países “desenvolvidos”. Essas proposições tiveram forte influência das teorias científicas do velho continente, especialmente da França, que, nesse período estavam vinculadas ao paradigma evolucionista (no sentido darwinista do termo, com as suas diversas interpretações). Duas teorias apareceram: a primeira via o Brasil como um país condenado ao fracasso, que não se desenvolvia

justamente porque era formado por um povo miscigenado. Já a segunda, mais otimista, defendia que a miscigenação orientada era a única saída para o desenvolvimento do país.

Esta última pode ser entendida como a mais influente e como a que “criou” a teoria do branqueamento. De acordo com a qual a sociedade brasileira deveria promover a mistura das diversas raças existentes no seu território para, assim, a raça branca (superior às demais) se sobrepor, até se tornar inteiramente predominante, o que proporcionaria a formação de uma nação civilizada e evoluída<sup>5</sup>.

A teoria do branqueamento era compartilhada pelas principais instituições representativas da elite intelectual do nosso país desde as últimas décadas do século XIX, como as faculdades de direito, as faculdades de medicina e os Institutos Históricos e Geográficos (IHGs), e, de acordo com Natália Cruz, pelo movimento integralista. Se o Integralismo queria “branquear” a população brasileira, que lugar o negro ocuparia na nação que se pretendia formar?

Este é um assunto que deve ser considerado quando abordamos a *questão racial* no Integralismo, especialmente ao verificarmos que a participação de negros no movimento não foi descartada. Considerando os aspectos racistas presentes na ideologia da AIB, a participação de negros é intrigante.

Apesar de poucos, os negros ocuparam cargos na liderança e/ou participaram nas decisões da Ação Integralista Brasileira. Há referências importantes sobre a afro-descendência de Dario

<sup>5</sup> Sobre as teorias raciais (e/ou racistas) no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX (1870-1940), ver: Lilia Moritz Schwarcz; Nancy Stepan.

Bittencourt, destacado integralista da província do Rio Grande do Sul, assim como pudemos observar a presença de negros e mulatos em fotos divulgadas nas seções *Sociaes* de alguns números no jornal integralista *A Offensiva*, editado no Rio de Janeiro entre 1934 e 1938. Da mesma forma, verificamos a valorização de um integralista negro, Lyrio da Rocha, em um vídeo criado e divulgado pelo movimento neo-integralista denominado MIL-B<sup>6</sup>.

Fato relevante na tentativa de explicar a participação de negros num movimento político que apresenta aspectos racistas é a aproximação entre o Integralismo e a Frente Negra Brasileira, principal organização política e social representativa de negros no período, que existiu entre 1931 e 1937. Começando pela proximidade entre os projetos político-ideológico dessas organizações, demonstrada pelos lemas. A Frente Negra Brasileira apresentava “Deus, Pátria, Raça e Família” enquanto os integralistas “Deus, Pátria e Família”. Os dois movimentos políticos compartilhavam do nacionalismo caracterizado pelas idéias de unidade nacional e de formação de uma *raça brasileira* (claro que abordada de maneira diferente, talvez até contraditória); do anticomunismo; e do objetivo de se fazer uma revolução moral para “reorganizar” a sociedade brasileira.

Para arregimentar membros negros ao Integralismo, este teria utilizado o discurso da “integração” das raças, considerando o negro como um dos elementos primordiais da sociedade brasileira, por ser uma das três raças que a constituem. Esse argumento já foi

demonstrado ligeiramente, ao apresentarmos, de acordo com Natália Cruz, que o negro seria “assimilável” e “branqueado” pela miscigenação, contribuindo para a formação da nacionalidade integral. Assim, a raça negra contribuiria para a consolidação da futura unidade nacional, de acordo com o projeto de nação da AIB, e com seu suposto objetivo de branquear a população brasileira.

É importante considerar que no ano de 1937 o Integralismo se empenhou em atrair adeptos negros principalmente devido ao interesse de eleger Plínio Salgado à presidência nas eleições de 1938 (KOSSLING, 2004). Isso sugere que nesse ano quanto mais pessoas se sentissem atraídas pela AIB, independentemente da “raça”, melhor para a organização atingir seus objetivos de chegar ao poder, e, então, instituir a “nação integral” no Brasil.

A *questão racial* na AIB fazia parte do seu projeto político de criação de uma *nova nação*. Mesmo apresentando resistência à manutenção da diversidade étnica existente no Brasil, especialmente em relação aos estrangeiros, a AIB não excluiu a participação de imigrantes, ou de negros, como se poderia supor acontecer em uma organização política que apresentasse um racismo extremado na sua ideologia e prática. Entretanto, a presença dessas “minorias” não nos permite afirmar que esta organização não apresentava aspectos racistas, já que devemos considerar que essa participação pode estar vinculada à tentativa da AIB se fortalecer como organização política representante de todos os habitantes da nação.

Essas contradições nos atentam para a necessidade de verificar até que ponto a *questão racial* presente na ideologia do Integralismo se diferenciava do racismo imbricado na intelectualidade e

<sup>6</sup> Movimento Integralista e Linearista Brasileiro. Site de divulgação: Disponível em: <<http://www.doutrina.linear.nom.br/>>, acesso em 22/02/2010.

sociedade brasileira do período. Para tanto, o tema necessita de pesquisas mais aprofundadas que auxiliem a melhor compreensão acerca deste movimento político autoritário e conservador da década de 1930.

#### Referências

BERTONHA, João Fábio. **Fascismo, Nazismo, Integralismo**. São Paulo: Ática, 2000.

CRUZ, Natália dos Reis. **O Integralismo e a Questão Racial. A Intolerância como Princípio**. 2004. 281 f. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004.

DOTTA, Renato A. et all (org) **Integralismo: novos estudos e reinterpretações**. Rio Claro: Arquivo Público de Rio Claro, 2004

FAGUNDES, Pedro Ernesto. “A Milícia do Além”: Rituais políticos da Ação Integralista Brasileira. In: IV SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA. I SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA POLÍTICA, 2009. **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009. s/p.

KOSSLING, Karin Sant'Anna. Os Afro Descendentes na Ação Integralista Brasileira. **Revista Histórica**, São Paulo, n. 14. p. 19-24, 2004.

HILTON, Stanley. Ação Integralista Brasileira: o Fascismo no Brasil, 1932-1938. In: \_\_\_\_\_. **O Brasil e a Crise Internacional, 1930-1945**. Rio

de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 23-57.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LEVINE, Robert. **O Regime de Vargas: Os anos críticos, 1934-1938**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os fascismos. In: REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. **O século XX. O Tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerras**. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia. Raça gênero e nação na América Latina**. Tradução Paulo M. Garchet. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. Coleção História e Saúde.

TRINDADE, Hégio. **Integralismo - O Fascismo Brasileiro Na Década De 30**. São Paulo: Difel, 1974.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: SILVA, Giselda B. **Estudos do Integralismo no Brasil**. Recife: Editora da UFRPE, 2007.

\_\_\_\_\_. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: FAUSTO, Bóris (dir.). **O Brasil Republicano. Sociedade e Política (1930 – 1964)**. Tomo III. v. 3. SP: Difel, 1986. 3ª ed., p. 297-335.



\* **JAQUELINE TONDATO SENTINELO** é Mestranda em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).